



Uma utopia com os pés no chão: algumas considerações sobre práticas espaciais transformadoras

A utopia with the feet on the ground: some remarks on transformative spatial practices

Ester Limonad - Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de São Paulo. Professora titular da Universidade Federal Fluminense (FF). Áreas de atuação: Geografia Humana, Geografia Regional, Planejamento Urbano e Regional. E-mail: ester_limonad@yahoo.com

Resumo

Trata-se de traçar uma linha divisória entre as idealizações com uma visão de futuro encerradas em si mesmas e práticas alternativas fundadas em um referencial concreto com uma perspectiva de futuro em aberto. Tecemos algumas considerações acerca das potencialidades e limitações de práticas de planejamento alternativas na contemporaneidade, bem como do papel político da utopia enquanto elemento necessário para o empoderamento cidadão para uma ação social transformadora, destacando o potencial de mudança destas práticas para a construção de um espaço diferencial.

Abstract

Drawing a divide between idealizations with a self-contained vision of the future and alternative practices based on a concrete framework with an open future perspective, we make some considerations about the potentialities and limitations of contemporary alternative planning practices, as well as the political role of utopia as a necessary element for citizen empowerment towards a transformative social action, highlighting the social changing potential of these practices for the construction of a differential space.

Palavras-chave

Utopia Concreta. Planejamento. Práticas Espaciais.

Keywords

Concrete Utopia. Planning. Spatial Practices.

INTRODUÇÃO¹

*“Ventana sobre la Utopía:
Ella está en el horizonte – dice Fernando Birri -.
Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos.
Camino diez pasos y el horizonte se corre
diez pasos más allá. Por mucho que yo
camine, nunca la alcanzaré.
¿Para qué sirve la utopía?
Para eso sirve: para caminar.”*

GALEANO, 1993, p. 230.

Na contemporaneidade, o desenvolvimento das forças produtivas permite aproximar espaço-temporalmente todos os pontos do planeta, com trocas instantâneas de informação, dinheiro e finanças. Esse é um mundo onde as redes sociais e imateriais facultam compartilhar de forma instantânea experiências, ideias e informações. Um mundo onde os fluxos virtuais imateriais permitem a circulação incessante de capitais e a realização de transações financeiras vinte e quatro horas ao dia, sete dias na semana. A esse imaginário de progresso e de desenvolvimento técnico-científico, de hegemonia do urbano e de um projeto de modernidade, contrapõe-se a dura realidade da condição de existência de milhões de pessoas, nos campos e nas cidades, marcadas pela pobreza, pela precariedade econômica e pela vulnerabilidade socioambiental.

Em contraposição aos amplos espaços limpos, *clean*, das cidades globais com seus modernos sistemas de transporte, com seus icônicos arranha-céus, monumentos da modernidade financeira e corporativa, tem-se um mundo devastado pela cobiça, onde milhões de seres humanos não dispõem de abrigo, não têm acesso a água potável, nem a condições mínimas de higiene, sobrevivendo em ecossistemas frágeis, em áreas degradadas, erodidas ou semidesérticas, em vertentes acentuadas, em áreas alagadiças ou na orla de rios. Um mundo onde milhares morrem de sede, de fome, de frio e de doenças facilmente curáveis. Um

¹ São retomadas aqui questões abordadas em Limonad (2015, 2016) e em Limonad, Monte-Mór e Costa (2018).

² “Janela para a Utopia:
Ela está no horizonte – diz Fernando Birri-.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos mais além.
Por mais que eu caminhe, nunca a alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para caminhar.”
GALEANO, 1993, p. 230.

mundo em que milhões não têm acesso a serviços básicos de saúde, educação ou serviços. Milhares vivem em situação de risco, em acampamentos de refugiados, em assentamentos de caráter efêmero, sem saber o dia de amanhã. E não bastasse isso, muitos veem-se despojados do pouco que lhes resta pela sanha expropriadora e extrativista do capital financeiro. Trata-se, pois, de um mundo onde as desigualdades socioespaciais se aprofundam mais e mais, e onde apesar do imenso cabedal de potencialidades e de benesses advindas do desenvolvimento técnico-científico informacional, poucos têm mais do que muitos, como revelam as estatísticas da Oxfam, o que revela o caráter ilusório e incompleto do projeto de modernidade e de desenvolvimento.

Na atual etapa de financeirização de mercados e da transformação do espaço social em geral em um elemento estratégico para a acumulação, como já assinalava Lefebvre (1976) tem-se uma ampliação em escala global da expropriação (HARVEY, 2005) e das expulsões de diferentes grupos sociais (SASSEN, 2016) de seus lugares ancestrais de vida. Multiplicam-se, em vários lugares do mundo, a grilagem de terras para monoculturas intensivas em escala industrial, expandem-se as áreas de mineração e de exploração extrativa desenfreada com a devastação de recursos naturais, alastram-se os desertos verdes de monoculturas, que dão lugar a grandes extensões de terra morta e de águas contaminadas, tudo isso para exponenciar a acumulação e a financeirização. Nunca se produziu tanto para tão poucos.

Coloca-se em questão, assim, o que fazer? Como e quais são as possibilidades de se avançar rumo a uma ação social transformadora? (MONTE-MÓR, 2015) Uma ação que contemple as complexidades e diferenças e contribua para a emancipação social e política.

Enfrentar a expansão das crescentes desigualdades socioespaciais demanda encontrar caminhos que permitam avançar na superação da situação presente. Formas alternativas de ação social (RIBEIRO, 2014) e intervenção espacial (RANDOLPH, 2015, 2016, 2018) que permitam transformar e subverter as condições ora prevalentes. Isso não implica nem em elaborar projetos de cidades e sociedades futuras tão ao gosto de futurólogos e arquitetos-urbanistas da moda com suas propostas na linha do *New Urbanism*, planejamento libertário, estratégico, do urbanismo modernista, etc., nem de idealizar sociedades futuras de leite e mel na terra expurgada de seus males em consonância com as propostas políticas do fascismo³ e, tampouco, de construir propostas utópicas abstratas sem

³ Como exemplifica Wilhelm Reich com os argumentos do Partido Nazista alemão (NSDAP-*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) em seu “regulamento sobre ‘A nova organização das relações de propriedade no campo’ de 12 de Maio de 1933 que regressa a formas seculares

relação com a distopia em que vivemos. Pelo contrário, parece-nos necessário partir daquilo que temos, de experiências presentes, de tentativas de mudança e transformação, para que possamos pensar em caminhos que nos permitam recuperar a sociabilidade, desinvisibilizar e incorporar as diferenças, e avançar rumo a uma sociedade mais equânime.

Nessa perspectiva, de caminhar rumo a uma sociedade mais equânime e solidária, de início, norteado pelas proposições de Ernst Bloch (1964) e Henri Lefebvre (2009), este ensaio busca traçar uma linha divisória entre aquelas idealizações com uma visão de futuro encerradas em si mesmas, que encontram seu epítome máximo no fascismo, e aquelas proposições fundadas em um referencial concreto aqui e agora, com uma perspectiva de futuro em aberto e em constante reformulação, que tem por meta a transformação social. Isto posto, a seguir, tecemos algumas considerações acerca das potencialidades e das limitações de práticas de planejamento alternativas na contemporaneidade, bem como do papel político da utopia enquanto elemento necessário para o empoderamento cidadão para uma ação social transformadora. Encerramos o ensaio com algumas considerações, destacando o potencial de mudança destas práticas alternativas para a construção de um espaço diferencial nos temos propostos por Henri Lefebvre (1991). Uma vez que entendemos que, as possibilidades de transformação do presente, do *status quo* vigente, encontram-se na perspectiva de politizar a totalidade do espaço social e de fortalecer o sentido de cidadania e de responsabilidade social. Esse sentido de cidadania cabe ser estendido para além das cidades e da urbanização, enquanto potencialidade e base para a ação social transformadora. Uma ação social que caminhe rumo a construção de uma utopia com os pés no chão. Ou seja uma utopia concreta, nos termos propostos por Ernst Bloch ([1959], 1964), ou um pensamento utopiano conforme Henri Lefebvre (2009), ou, ainda, a visão de uma utopia racional de Agnes Heller e Ferenc Feher ([1985] 2000), para os quais “la izquierda no puede existir sin utopía”, e apenas uma esquerda despida e liberada de seus mitos terá condições de avançar rumo à construção de uma outra sociedade, do espaço diferencial vislumbrado por Lefebvre (1991).

e que procede da ‘indissolúvel aliança do sangue e do solo’. Conforme o trecho desse regulamento do NSDAP de 1933, reproduzido a seguir: “A indissolúvel aliança do sangue e do solo é condição indispensável da vida sã de um povo”. REICH, [1933] 1974, p. 49

1 ENTRE UTOPIAS ABSTRATAS E CONCRETAS POR UMA OUTRA CIDADE, POR UMA OUTRA SOCIEDADE, POR UM ESPAÇO DIFERENCIAL

A utopia (concreta) para Lefebvre é uma possibilidade de experimentação e de transformação do cotidiano, “é uma ‘utopia experimental’, um estudo das implicações e consequências da utopia no chão” (BUSQUET, 2012).

Bloch elege a utopia como principal conceito transformador no século XX. E, salienta a necessidade de se diferenciar utopias abstratas e utopias concretas, entre um pensamento utopístico e um pensamento utópico. Destaca que, se por um lado, têm-se idealizações utópicas de sociedades ideais, de leite e mel, por outro têm-se perspectivas em aberto de uma outra sociedade, de um outro mundo, em que nada está definido, pelo contrário tudo está por ser definido a cada momento. Para Bloch a utopia que merece esse nome é a que se encontra em permanente reelaboração, com os pés fundados no aqui e agora. Um aqui e agora que muda constantemente, a cada momento. De onde a permanente necessidade de reelaboração, redefinição, uma vez que o futuro está sempre por vir, na perspectiva do ainda não (*noch-nicht*) de Bloch.

Bloch, descarta o utopístico, o utopismo e as utopias abstratas, e se concentra na utopia, identificada com a utopia concreta, que teria por base a vida social no aqui e agora. Uma vez que entende que os primeiros constituem antevisões de uma idealização finita, acabada de um futuro encerrado em si. Essas idealizações abstratas sem base e sem relação com o mundo real integram em seu entender a esfera das manifestações ideológicas. Ao passo que as proposições utópicas são fundadas e possuem um referencial imanente na realidade do presente, no aqui e agora, na perspectiva de construção de uma outra sociedade, onde o futuro utópico jamais se concretiza, mas está em permanente mutação.

Há que se distinguir, portanto, a utopia do utopismo, do utopístico, entendendo que apenas o sonho inacabado pode ser designado rigorosamente de utopia, como explicita na seguinte passagem sobre a utopia “En su concisión y nuevo rigor esta expresión significa tanto como **órgano metódico para lo nuevo, condensación objetiva de lo que está por venir**”⁴. (BLOCH, 1964, p. 196 (grifo do autor).

A dimensão política confere outro significado à utopia, “ao que está por vir” e permite que esta se converta em algo mais complexo, enquanto norteadora da ação social. Norteadora, porém não determinante, nem em termos de se

⁴ “Em sua concisão e novo rigor esta expressão significa tanto um órgão **metódico para o novo, quanto a condensação objetiva do que está por vir**” (T.A., grifo no original).

colocar como um fim, uma meta final a ser atingida, nem em termos de se definir e seguir um plano ou um receituário de metas pré-estabelecidas. O caminho rumo a uma outra sociedade e o seu projeto se constroem, portanto, de forma incessante, durante o seu percurso e não *ex-ante* ou *ex-post* enquanto algo finito e acabado. Ou seja, o projeto futuro pensado no momento presente, para um momento futuro, é reformulado no momento subsequente a partir das condições daquele momento e assim por diante. De onde o ainda-não (*noch-nicht*) de Bloch.

Essa diferenciação de Bloch é essencial para se pensar em uma perspectiva transformadora de planejamento, tanto por privilegiar o processo, o caminho enquanto meio de empoderamento e de emancipação para uma ação social transformadora, quanto por abrir espaço para a constante transformação do horizonte final ao longo do processo. Ao passo que propostas que privilegiam o plano acabado e encerrado em si residiriam no campo das idealizações abstratas e das manifestações ideológicas sem aquele potencial transformador, que muitos procuram advogar para suas propostas.

A concepção de utopia de Bloch encontra ressonância nas proposições de Mannheim ([1929]1993), de Heller e Feher ([1985] 2000) e de Lefebvre (2009). Lefebvre (2009) converge para a ideia de utopia concreta de Bloch ao salientar que o aparentemente impossível está sempre presente no possível, e que é a constante luta pelo impossível que fundamenta a produção de novas possibilidades de transformação social (BUTLER, 2012), o que demanda, em uma perspectiva de resgate da práxis, subverter as práticas espaciais não-hegemônicas no cotidiano (RANDOLPH, 2015, 2016, 2018).

O ainda-não (*noch-nicht*) da utopia concreta de Bloch casa com a proposição de Lefebvre de que em toda impossibilidade existe uma possibilidade. Nem Bloch, nem Lefebvre definem um modelo de utopia ou metas pré-estabelecidas do que deve ser feito ou atingido. Ao contrário, ambos, cada um por si, privilegiam a identificação de possibilidades e de impossibilidades da realidade, a partir de uma constelação de valores e de metas fundados no aqui e agora, capazes de orientar a mudança social e propiciar a experimentação e transformação do cotidiano. Isso converge para nossa proposição, em consonância com esses autores, de que a utopia se constrói em seu percurso, enquanto um processo de formação cidadã, de crescimento e de conscientização social, de instrumentalização de práticas espaciais que permitam a lenta secreção de um outro espaço consoante com um outro tempo, uma outra sociedade, uma outra cidade.

Pensar outra cidade, outra sociedade, demanda pensar um outro espaço, um espaço diferencial, nos termos postulados por Lefebvre em sua obra *A Produção do Espaço* ([1974]1991). E, isso requer a transformação das práticas socioespaciais.

Práticas essas entendidas enquanto a materialização no espaço e cristalização temporal das práticas sociais. Práticas que garantem e conformam a reprodução social em geral, seja na esfera do cotidiano, da família, da reprodução da força de trabalho, seja na esfera da reprodução geral das relações sociais de produção relativa à reprodução dos meios de produção e da dominação. Práticas espaciais subordinadas e práticas espaciais hegemônicas, informadas respectivamente pelos espaços de representação, campo do imaginário, do subversivo e pelas representações do espaço, do capital, dos técnicos e do poder. E, a transformação dessas práticas é um processo assaz lento. Um processo que demanda e envolve a mudança de concepções enraizadas, que abarcam uma ampla gama de questões relacionadas a classe, gênero e etnia, etc. Bem como questões relacionadas a estratégias cotidianas de sobrevivência e de reprodução social, seja no âmbito do espaço das grandes cidades, seja no âmbito espaço social em geral. Lembrando que o espaço urbano das grandes cidades, na atual etapa de financeirização do capital e dos mercados, constitui na atualidade a fronteira de embate e de confronto de diferentes grupos sociais e de distintas agendas políticas e econômicas.

2 E O PLANEJAMENTO?

E quanto ao planejamento? E quanto às formas de intervenção na produção social do espaço? É possível pensar um outro planejamento? Um planejamento inclusivo? Um planejamento emancipador? Ao que acrescentamos, isso também requer (re)pensar e (re)formular visões e práticas arraigadas de intervenção e de planejamento. Pensar em práticas que propiciem a ação e emancipação social de modo a ir de encontro às determinações homogeneizantes do capitalismo globalizado e da financeirização. Para tanto faz-se necessário contemplar a complexidade e a diferença, (re) e (des)envolver os diversos sujeitos sociais de modo a capacitá-los a assumir as rédeas do destino de suas cidades e da sociedade.

Compartilhamos, assim, com Roberto Monte-Mór (2015) a compreensão de que pensar e discutir o caráter complexo da produção do espaço *vis-à-vis* a compreensão de uma urbano-utopia e de um sentido contemporâneo de natureza, demanda (re)pensar as formas de planejamento resgatando a ideia do desenvolvimento como a “capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade” (FURTADO, 1984). Ainda, conforme Monte-Mór (2015), isso impõe a necessidade de propiciar o des-envolvimento endógeno dos diferentes grupos sociais, em um sentido que permita o seu re-envolvimento com as próprias raízes. Isso certamente exige, por parte dos grupos sociais envolvidos, um resgate dialético da própria cultura e das práticas

espaciais (entendidas enquanto a materialização das práticas sociais) em uma perspectiva diferente, dialética, na medida em que na cultura resgatada para um tempo futuro, se encontram o velho e o novo, a um só tempo, enquanto contraposição à homogeneização da globalização e da financeirização do mundo contemporâneo, que impõem uma crescente desumanização das relações sociais. E, também, implica em uma volta dialética à natureza, dialética por se tratar de uma “volta transformada e transformadora, revisitando e incorporando o futuro como referência, como no método regressivo-progressivo lefebvriano/marxiano” (MONTE-MÓR, 2015).

E é nesses termos que se destaca a importância de propostas alternativas, enquanto possibilidades-potencialidades de re-envolvimento da sociedade com a natureza, na perspectiva de retomada da dimensão do humano, da sociabilidade, com os olhos na virtualidade do futuro de uma outra cidade e de uma outra sociedade.

Urge, assim, traçar uma linha divisória entre aquelas idealizações com uma visão de futuro encerradas em si mesmas (utopias abstratas, propostas utopísticas) que muitas vezes se concretizam de forma vanguardista em pranchetas de urbanistas, de arquitetos, engenheiros e técnicos de governo, e propostas, estratégias e práticas alternativas (utopias concretas, propostas utopianas) (CARLOS, 2016; LIMONAD, 2016; RANDOLPH, 2016) que permitam caminhar rumo à superação e transformação das condições ora vigentes, sob a aura de um paradoxal neoliberalismo de Estado, para a construção de um espaço diferencial. As primeiras há muito se mostraram desastrosas em termos de uma prática de planejamento e urbanismo (LIMONAD, 2015). Servem de exemplo nesse sentido as propostas do *blue print planning*, do urbanismo modernista, assim como do *New Urbanism*, sendo que esse último reedita as propostas do *City Beautiful*, assim como as proposições do Planejamento Libertário, propugnado pelos partidários de Hayek ([1944] 2010).

Trata-se, assim, de buscar meios e formas de conceber uma utopia com os pés no chão, ou seja com um referencial concreto, com algum grau de autonomia, operando tanto por dentro como por fora das políticas públicas e do Estado.

Pensar, planejar ou projetar uma outra cidade, outra sociedade, demanda esclarecer para quem, como e em qual contexto. Tais questões se mostram irrelevantes em sociedades não inclusivas, de forma independente do regime político vigente, ou mesmo para aquelas sociedades onde prevalecem práticas de planejamento e urbanismo que privilegiam tomadas de decisão de cima para baixo, onde o que importa é o plano e sua estética. Porém, estas são questões imprescindíveis em se tratando de sociedades inclusivas com uma perspectiva

equânime, que contemple mais aqueles que têm menos, sem desmerecer aqueles que têm mais. Políticas inclusivas requerem que se pense em medidas e em formas de capacitar e de instrumentalizar diferentes sujeitos sociais, que se encontram em situação de desigualdade, para que estes se coloquem em posição de igualdade. Assim, políticas inclusivas implicam não em práticas iguais para desiguais, princípio igualitário consagrado pelos postulados da revolução francesa do século XVIII (Fraternidade, Igualdade, Liberdade), mas sim em práticas desiguais para desiguais de modo a colocá-los em situação de igualdade. Pois, a partir de bases e formações desiguais as condições de igualdade e equanimidade se veem comprometidas. Pensar em políticas inclusivas requer, já de início, uma mudança de mentalidade, bem como a superação de práticas arraigadas na esfera do cotidiano e das relações sociais de produção com relação a questões de gênero, de etnia e de poder econômico, entre outras questões.

Portanto, ao se tratar de uma prática de planejamento, urbanismo ou de uma ação social, que se pretendam emancipadoras e democráticas, estabelecer e definir os meios da ação e intervenção social torna-se mais, ou mesmo tão relevante, quanto definir os fins que se pretende alcançar. Trata-se, portanto, de privilegiar e de colocar em evidência o processo de planejamento e de tomada de decisão, como instrumento de emancipação e de empoderamento social. Deste modo, o como alcançar, ou como viabilizar uma proposta ganha uma importância fundamental. Porquanto, a explicitação do como define as possibilidades e o potencial de abertura e de inclusão social de uma proposta, de um plano (LIMONAD, 2015). É é aí, neste ponto, que usualmente, arquitetos-urbanistas e planejadores tendem, muitas vezes, a seguir rumos diversos. Para os primeiros o plano, o projeto é parte integrante de um contrato, de uma demanda, que requer um produto concreto que se materialize em uma proposta acabada fechada, a qual mesmo quando elaborada com base em uma perspectiva transformadora acaba por se situar no campo das idealizações, seja por atender aos interesses hegemônicos, ainda que involuntariamente; seja por ser capturado por esses interesses, a despeito das boas intenções originais do projeto. E o projeto após sua execução, não deixa mais margem ao que se fazer.

O planejamento, por sua vez, com base em contribuições diversas, desde as contribuições de John Friedmann (2011), de John Forester (1980) e muitos outros, em uma perspectiva processual, abre espaço para privilegiar o processo de planejamento, as perspectivas de desenvolvimento, em detrimento do plano físico, concreto propriamente dito (LIMONAD, 2015). Destarte, nem o processo de planejamento e de elaboração do plano se constituem em algo finito, nem o

plano acaba por se concretizar necessariamente em uma proposta física, que se encerra congelada em si mesma.

Em uma perspectiva de inclusão social e de uma sociedade equânime o como planejar, projetar, pensar, não pode ser imposto, não pode vir de cima para baixo. E, tampouco, o como pode ser definido *a priori, ex-ante*. A definição do como é essencial, pois o como fazer define o potencial de transformação do processo de intervenção e de planejamento e, também, as formas de decisão do que fazer. O como deve pressupor o caminho, o processo de elaboração e não o plano ou proposta acabada em si. O como deve servir como meio de superação de antagonismos, como instrumento de educação, de conscientização e de inclusão social, através do envolvimento dos cidadãos, que ao se envolverem no processo de planejamento fazem daquela proposta, sua proposta. E isso soe ocorrer através de uma participação aberta que compreende a tomada de decisão relativa à questões estratégicas e não restrita apenas a questões táticas, como usualmente ocorre. Muitas vezes se pergunta aos envolvidos aonde preferem que se instale a barragem de uma hidrelétrica, porém não se pergunta se querem a hidrelétrica e a barragem. Assim, abrir o processo de planejamento a uma participação ampla não é uma tarefa fácil, uma vez que práticas arraigadas estimulam o planejamento da participação no planejamento como meio de legitimação de propostas, e não como forma de inclusão e de empoderamento social.

Portanto, importa e muito o como, pois, as experiências participativas e integradoras de planejamento perdem sentido e significado quando são conduzidas de cima para baixo, por atores e sujeitos selecionados enquanto representantes privilegiados da sociedade civil. Quando isso ocorre, a participação social converte-se em um simulacro de participação com a função de dar legitimidade ao planejamento e aos seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que abordamos evidencia-se a importância particular de práticas e estratégias alternativas de ação e de intervenção social, ora em curso em diferentes lugares e cidades do mundo, que buscam romper e questionar formas enraizadas de pensar e de planejar o espaço social. Experiências que se contrapõem a práticas de planejamento de cima para baixo, a práticas que privilegiam o plano em detrimento do processo de planejamento e dos sujeitos sociais, motivo do planejamento. Experiências e práticas espaciais partidárias de um envolvimento dos grupos sociais nas decisões sobre as políticas que lhes dizem respeito e às políticas que afetem seu futuro.

Entre essas práticas destacam-se as experiências de planejamento metropolitano em Belo Horizonte e em Goiânia, onde se processam interações Estado-universidade-sociedade. Práticas essas articuladas à políticas públicas que, em particular, remetem a diferentes práticas espaciais inclusivas e de formação desenvolvidas no âmbito da universidade e voltadas para a conscientização e o empoderamento social, como é a experiência dos LUMES⁵ em Belo Horizonte (COSTA, 2018; MONTE-MÓR, 2016), que orientados pelo objetivo de “utópica e virtualmente, transformar a população de objeto de planejamento em sujeito do planejamento do seu espaço de vida”, têm gradualmente contribuído para a construção de uma consciência e cidadania metropolitanas.

Há que se considerar, todavia, que as possibilidades de replicar essas experiências dependem, não apenas do engajamento da universidade e dos sujeitos sociais, motivo do planejamento, mas, principalmente, da intencionalidade e da abertura do Estado e de seus organismos de planejamento para uma participação social ampla. E a isso soma-se, principalmente, a existência de uma vontade política, que faculte contemplar não necessária e exclusivamente os interesses hegemônicos, como sucede em muitos lugares, mas que se disponha a implementar um planejamento social. Assim, o envolvimento da Universidade é essencial tanto para dar legitimidade, quanto para fortalecer a perspectiva social dessas experiências de planejamento, que colidem com os interesses hegemônicos envolvidos na produção do espaço social.

Essas práticas alternativas, transformadoras são importantes, pois contribuem para superar o hiato entre olhares e leituras díspares e por vezes equivocados, entre as racionalidades do conhecimento teórico-acadêmico, do saber técnico e do saber popular. Hiato esse usual na prática tradicional de planejamento, que tem seus fundamentos em um diálogo de surdos, em que essas distintas racionalidades se confrontam, cada uma *per se* operando em um âmbito distinto, com um discurso, uma esfera de atuação prática e um espaço próprios (LIMONAD, 2014). Apenas com a superação desse hiato é possível estabelecer um diálogo, uma interlocução e uma troca de ideias entre as contribuições da teoria e do senso comum de Gramsci (1978), entre a produção do conhecimento e o saber fazer de Certeau (2007), entre as representações do espaço e os espaços de representação de Lefebvre (1991).

Enfim, o potencial transformador das práticas socioespaciais constitui um processo lento e não necessariamente irreversível, uma vez que mudanças políticas e de conjuntura podem comprometer conquistas sociais. Assim, essas práticas socioespaciais demandam e envolvem tanto um aprendizado

⁵ LUMES, Lugares Urbanos Metropolitanos.

permanente, quanto uma apreensão e politização dos espaços de vida em sua articulação com as determinações e processos associados às políticas públicas e às diversas pressões na direção da crescente subordinação das mesmas aos processos hegemônicos de reprodução do capital. Pois, apenas uma sociedade, empoderada e consciente de seus direitos, terá condições de manter as conquistas sociais e avançar rumo a uma sociedade mais justa e equânime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, E. **El principio esperanza (I)**. Madrid: Trotta, [1959], 1964.
- BUSQUET, G. Political Space in the Work of Henri Lefebvre: Ideology and Utopia. **justice spatiale | spatial justice**. [online]. Nanterre: Université Paris Ouest. n° 5 déc. 2012-déc. 2013 | dec. 2012-dec. 2013. <http://www.jssj.org/wp-content/uploads/2013/09/JSSJ5-3.en_1.pdf> 27 mar 2016.
- BUTLER, C. **Henri Lefebvre: Spatial Politics, Everyday Life and the Right to the City**. New York: Routledge, 2012.
- CARLOS, A.F.A. Em nome da cidade (e da propriedade). In BENACH, N.; ZAAR, M. H.; VASCONCELOS P. Jr., M. (eds.). **Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016, <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/xiv-coloquio-portada.htm>>. 27 mar 2018.
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano 1**. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.
- COSTA, G.M.; NÉDER, P.R. 2018 O papel da educação em planejamento urbano para o processo de emancipação social: reflexões a partir do caso brasileiro. **Actas del XV Coloquio Internacional de Geocrítica: las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2018.
- FORESTER, J. Critical Theory and Planning Practice. **Journal of the American Planning Association**, vol. 46, n. 3, p. 275-286, 1980.
- FRIEDMAN, J. The Transactive Style of Planning. (From Retracking America - 1973). In FRIEDMAN, J. **Insurgencies: Essays in Planning Theory**. London: Routledge/RTPI, 2011. p. 15-28.
- FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Buenos Aires: Catálogos, 1993.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HAYEK, F.A. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, [1944], 2010.

HELLER, A.; FEHER, F. **Anatomía de la izquierda occidental**. Barcelona: Península, [1985] 2000.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. **The Survival of Capitalism**. New York: ST. Martin's Press, 1976.

LEFEBVRE, H. **State, Space, World**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

LIMONAD, E. Um novo planejamento ou um novo Estado para um novo Brasil? In LIMONAD, E.; CASTRO, E. (org.) **Um novo planejamento para um novo Brasil?**. Rio de Janeiro: Letra Capital – ANPUR, 2014. p.80-99.

LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando?. In COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R.L (org). **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 71-102.

LIMONAD, E. Utopias urbanas, sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da Hidra de Lerna, In BENACH, N.; ZAAR, M.H.; VASCONCELOS P. Jr., M. (eds.). **Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016, <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/xiv-coloquio-portada.htm>> . 27 mar 2018.

LIMONAD, E.; MONTE-MÓR, R.L.; COSTA, H.S.M. *O Brave New World?* Considerações sobre experiências presentes para um futuro próximo. **Actas del XV Coloquio Internacional de Geocrítica: las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2018.

MANNHEIM, K. **Ideología y Utopía: Introducción a la sociología del conocimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, [1929], 1993.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano.

In COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R.L (org). **Teorias e Práticas Urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-69.

MONTE-MÓR, R. L. et al. The university and metropolitan planning: an innovative experience. **Nova Economia**, Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, vol. 26, p. 1133 – 1156, 2016.

PÉREZ TAPIAS, J. A. Mito, ideología y utopía. Posibilidad y necesidad de una utopía no mitificada. **Gazeta de Antropología**. [En línea]. Granada: Universidad de Granada, vol. 6, nº 04, 1988. <<http://hdl.handle.net/10481/13747>> 27 de mar 2018.

RANDOLPH, R. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de um contra-planejamento. In COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R.L. (org) **Teorias e Práticas Urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 103-127.

RANDOLPH, R. A utopia do planejamento e o planejamento da utopia: o longo caminho de um contra-planejamento até o alcance da justiça social. In BENACH, N.; ZAAR, M.H.; VASCONCELOS P. Jr, M. (eds.). **Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica**: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016, <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/xiv-coloquio-portada.htm>> 27 mar 2018.

RANDOLPH, R. 2018 O desafio à configuração do controle em sociedades contemporâneas: o modo subversivo de práticas sociais e sua contribuição para uma nova ordem. **Actas del XV Coloquio Internacional de Geocrítica**: las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2018

REICH, W. **Psicologia de Massa do Fascismo**. Porto: Edições Escorpião, [1933] 1974.

RIBEIRO, A.C.T. **Teorias da Ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SASSEN, S. **Expulsões**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

Texto submetido à Revista em 10.01.2018
Aceito para publicação em 27.07.2018